1907 – O *TRIPLO ENTENDIMENTO* E A IDEIA DO "CERCO À ALEMANHA"

Depois de se consumar, em 8 de Abril de 1904, o *Entendimento Cordial* entre a França e a Grã-Bretanha, a diplomacia britânica procurou completar a aproximação às potências continentais que poderiam tornar-se suas aliadas num conflito com a Alemanha. Seguiram-se, por isso, diversas diligências diplomáticas tendentes a um acordo com a Rússia, política que tinha o apoio de Eduardo VII e de Edward Grey[1]. Em Março de 1907, a visita de uma esquadra russa a Portsmouth era já um prenúncio desse entendimento. A convite do soberano britânico, uma deputação de oficiais e marinheiros russos visitou Londres e foi-lhes oferecido um show em sua honra no Hipódromo.

> Depois de um banquete ao princípio da noite, realizou-se para eles um espectáculo de gala no Alhambra, no qual esteve presente o Primeiro-Lorde do Mar, Sir John Fisher, e Sir Edward Grey. "Foi certamente a primeira vez", comentou o embaixador alemão, "que o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico compareceu num teatro para saudar convidados estrangeiros"[2]

Embora tendo de vencer diversas reticências do lado russo – entre as quais um sugerido entendimento com o Japão, recente inimigo da Rússia e, desde 1902, aliado da Grã-Bretanha no Oriente –, o acordo entre os dois governos acabaria por ser celebrado em 31 de Agosto de 1907. Tratava-se de um documento em tudo semelhante ao que fora acordado com a França, pelo que nele se não assumiam quaisquer compromissos de natureza militar. Através dele, os dois estados regulavam questões em áreas de potenciais conflitos – Afeganistão, Tibete e Pérsia – e lançavam as bases para futuros entendimentos. Mas era possível deduzir qual era o entendimento do governo britânico relativamente às ameaças que poderia ter de enfrentar: a Alemanha ocupava o primeiro lugar. Grã-Bretanha, França e Rússia apareciam, assim, ligadas por novos laços políticos, circunstância a que a imprensa não tardou a denominar de *Triplo Entendimento*, por oposição à *Tripla Aliança*, formada por Alemanha, Áustria e Itália.

Em Maio de 1908, o presidente francês, Armand Fallières, foi recebido em Londres com todas as honras. Num jantar organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a única pessoa presente não pertencente aos dois grupos, britânico e francês, foi, precisamente, o embaixador russo, conde Benckendorff, o que dava mais um sinal da importância que as três potências davam a uma coordenação da sua acção diplomática. No mês seguinte, Eduardo VII deslocou-se a Reval (actual Tallinn, capital da Estónia) para se encontrar com Nicolau II. Muito significativamente, levou na sua comitiva o almirante Fisher, Primeiro Lorde do Mar, e o general John French, futuro comandante da Força Expedicionária Britânica que combateria em França a partir de 1914. Na comitiva ia, também, Charles Hardinge, a segunda figura do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico, o qual manteve intensas conversações com o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Izvolski, e com o primeiro-ministro Stolypin. Nos temas de natureza militar, a parte britânica insistiu, particularmente, na necessidade da Rússia fortalecer o seu sistema militar terrestre confinante com a Alemanha, o qual era, na sua óptica, claramente insuficiente.

Apesar da reacção moderada assumida inicialmente, a Alemanha assistira à aproximação anglo-francesa com alguma perplexidade, dado que representava um desenvolvimento na diplomacia europeia que sempre havia considerado altamente improvável.

---

[1] Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico (1905-1916).
[2] FAY, Sidney, *The Origins Of The World War*, Vol. I, p. 217.

De resto, pensava-se algo de semelhante no tocante à possibilidade de uma aproximação anglo-russa. Bülow já teria formado, sobre esta aproximação, uma curiosa opinião:

> Nos momentos decisivos, a direcção política deste Triplo Entendimento tem-se situado, regra geral, nas mãos da Inglaterra. E, a Inglaterra não tem, até agora, mais do que a Rússia, decidido apoiar a política de vingança dos Franceses. Só se tem guiado pelo seu próprio interesse. Por vezes, esta orientação inglesa tem-nos causado dificuldades, mas também é verdade que tem acalmado e arrefecido o ardor da França e prestado preciosos serviços à manutenção da paz na Europa.[3]

Quando imaginava a hipótese de uma guerra da Alemanha contra qualquer dos dois países ocidentais, Bülow encontrava em cada um deles motivações de carácter bem diferente:

> A França atacar-nos-ia se acreditasse que estava suficientemente fortalecida para o fazer, enquanto a Inglaterra só o faria se chegasse à conclusão de que não poderia fazer triunfar os seus interesses económicos e políticos senão através de meios violentos. O móbil da política inglesa no que a nós diz respeito é o egoísmo nacional; o da política francesa é o idealismo nacional.

Seguidamente, concluía com perspicácia e sabedoria:

> Aquele que se orienta pelos seus interesses mantém-se, geralmente, mais ponderado do que aquele que se orienta por uma ideia.[4]

Quando, sobretudo a partir de 1907, as manobras de aproximação diplomática entre a França, a Grã-Bretanha e a Rússia se tornaram patentes, a ideia de um "cerco" à Alemanha começou a ganhar consistência nos meios políticos germânicos. O chanceler Bülow, discursando no *Reichstag*, em 15 de Novembro de 1906, numa linguagem cominatória para as potências do *Triplo Entendimento*, não se coibia de declarar...

> ...perigosa para a paz da Europa uma política que tivesse por finalidade entalar a Alemanha, construir um anel de potências para a isolar e paralisar. A formação de um tal anel não é possível sem exercer uma certa pressão. A pressão cria uma contrapressão. Pressão e contrapressão podem, facilmente, provocar explosões.[5]

Esta sensação de "cerco" não era apenas sentida na própria Alemanha. Alguns observadores independentes partilhavam dessa mesma ideia. O embaixador da Bélgica em Londres, conde de Lalaing, era sensível à manobra diplomática que ia envolvendo a Alemanha, deixando registado, em 24 de Maio de 1907, o seguinte comentário sobre o estado das relações anglo-germânicas:

> Um certo sector da imprensa, que aqui designam por Imprensa Amarela, é responsável, em grande medida, pelos sentimentos hostis existentes entre as duas nações... [...] É suficientemente claro que o governo de Inglaterra está a seguir, calmamente, uma política oposta à Alemanha e com o objectivo de causar o seu isolamento, e que o rei Eduardo não hesitou em usar a sua influência pessoal ao serviço deste esquema. Mas é certamente muito

---

[3] BÜLOW, Bernhard, *La politique allemande*, p. 112.
[4] *Ibidem*, p. 113.
[5] BOURGEOIS, Emile, PAGÈS, Georges, *Les origines et les responsabilités de la Grande-Guerre - Preuves et Aveux*, pp. 322-323.

perigoso estar a envenenar a opinião pública na forma aberta adoptada por estes jornais irresponsáveis.[6]

No ano seguinte, em 30 de Maio de 1908, era a vez do barão Greindl, também embaixador da Bélgica, mas em Berlim, escrever, a propósito dessa percepção de "cerco" à Alemanha, um bem cortante comentário:

> Chamem-lhe aliança, "entente" ou o que quiserem, o certo é que o grupo de potências agregadas pela intervenção pessoal do rei de Inglaterra existe, e, se não é uma ameaça directa e imediata contra a Alemanha (seria exagerado dizê-lo), constitui, no entanto, uma diminuição da sua segurança. As indispensáveis declarações pacifistas, que, sem dúvida, serão repetidas em Reval, significam muito pouco, vindas como vêm de três potências, como a Rússia e a Inglaterra, que acabam de levar a cabo com sucesso, sem qualquer motivo excepto o desejo de engrandecimento, e mesmo sem um pretexto plausível, guerras de conquista na Manchúria e no Transval, ou que, como a França, está neste momento a proceder à conquista de Marrocos, em ruptura de solenes promessas e sem outro título senão a cessão de direitos britânicos que nunca existiram.[7]

Apesar das tensões que se iam criando, ainda foi possível detectar algumas atitudes de prudência por parte dos responsáveis do governo de Berlim. Dos dois outros aliados da Tripla Aliança, a Áustria-Hungria não deixava de constituir uma preocupação de tomo, dada a sua heterogeneidade étnica e as vulnerabilidades daí decorrentes. A Itália, por seu turno, era olhada com desconfiança, temendo-se que, no momento da verdade, se colocasse de lado. Em 25 de Junho de 1908, conhecedor desta realidade, o chanceler Bülow, numa longa circular confidencial endereçada aos ministros prussianos na Baviera e aos outros Estados principais do Império Alemão, recomendava:

> O encontro de Reval, precedido da visita do presidente Fallières a Londres, causou desconforto na Alemanha. Grey e Izvolski deram garantias de que nada se planeava contra nós. No entanto, seria um erro fatal se, confiando nestas garantias, não reconhecêssemos que a nossa liberdade de movimentos pode ser limitada por estes acontecimentos. É o poder económico e político da Alemanha e o receio de que ela possa fazer dele um uso errado que está a levar outros Estados ao Entendimento contra nós. Estes Entendimentos e Alianças são, por conseguinte, na sua origem, de carácter defensivo. Todavia, talvez não hesitem em proceder agressivamente contra nós e a enfraquecerem-nos sempre que possível, quando pensarem que dispõem do poder para o fazer. A nossa aliada, a Áustria-Hungria, está ameaçada tal como nós por esta nova combinação, porque as paixões e intrigas dirigidas contra a própria existência da Monarquia Dual desperta noutras nações expectativas de uma desagregação conduzida a partir do exterior. A suposta iminente fragmentação da Áustria-Hungria é um tema permanentemente favorito na imprensa francesa e na de outras nações. Por causa dos seus grandes interesses nos Balcãs, a Áustria-Hungria está também mais exposta do que nós ao perigo de um conflito com as potências do Entendimento. A Alemanha e a Áustria, mantendo-se unidas num sólido bloco, podem ser capazes de enfrentar todas as tempestades. Uma cooperação leal com a Áustria-Hungria será e deverá também manter-se, no futuro, como a base fundamental da política externa alemã. A Alemanha não pode entrar numa discussão com outras potências para limitar os seus armamentos, mas deve evitar, tanto quanto possível, acirrar os ânimos dos outros e guardar-se de toda e qualquer expressão jingoísta na sua imprensa.[8]

---

[6] DICKINSON, Goldsworthy, *The European anarchy*, p. 19.
[7] *Ibidem*, pp. 18-19.
[8] FAY, Sidney, *Idem*, Vol. I, p. 245.

Estava-se, por conseguinte, numa fase de apaziguamento, atitude essa que permitiu resolver com bom senso e prudência um incidente em Marrocos, ocorrido em Setembro de 1908, durante o qual seis desertores da Legião Estrangeira francesa procuraram embarcar num navio alemão. Na altura, as autoridades francesas acusaram o cônsul alemão em Casablanca de ter exorbitado os seus poderes. Guilherme II, que nunca fora um entusiasta da política marroquina seguida pelo seu governo, informou o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 4 de Outubro seguinte, de que, tanto quanto fosse ainda praticável, a Alemanha deveria retirar-se do conflito e obter um acordo com a França, o mais rapidamente que fosse possível. Poucos dias depois, dolorosamente surpreendido pela notícia da anexação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria-Hungria, enviou a Bülow a seguinte nota:

> Dadas estas circunstâncias, este desgraçado assunto de Marrocos deve, agora, ser encerrado, depressa e em definitivo. Não há nada que se possa fazer; seja como for, será francês. Tratemos de sair dele com dignidade, de maneira a que, finalmente, possamos acabar com esta fricção com a França, agora que estão em jogo grandes questões.[9]

Esta atitude conciliatória conduziria ao acordo franco-alemão de 9 de Fevereiro de 1909, no qual a Alemanha reconhecia os interesses políticos da França naquele país e se garantia, na vertente económica, a igualdade de oportunidades para a Alemanha. Uma vez mais se notava, da parte alemã, o desejo de não criar fricções por questões menores, pois, pelo que parecia, se avizinhavam outras de muito maior dimensão. Ao mesmo tempo, desfazia-se o conflito que, em 1905, contribuíra para a aproximação da Grã-Bretanha à França. Além disso, a oportunidade para o acordo era excelente, dado que, justamente nesse dia 9 de Fevereiro, estava prevista a visita de Eduardo VII a Berlim.

David Martelo – 2013/2019

[9] *Ibidem*, p. 248.